

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 5 – Número 0292– 27/02 à 03/03/2023

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[Alexandre derruba decisão do TST que considerou terceirização irregular](#)

Consultor Jurídico - 28/02/2023

É lícita a contratação de terceirizados em toda e qualquer atividade, meio ou fim. Assim, não há que se falar em “ilicitude” da terceirização para, por consequência, considerar irregular a falta de registro de empregados.

O entendimento é do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. O magistrado derrubou uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho que considerou irregular terceirização feita por uma prestadora de serviços de saúde.

A empresa entrou com uma reclamação, afirmando que houve violação ao firmado pelo Supremo na ADPF 324 e no RE 958.252, em que a corte considerou como lícita a terceirização.

“Não há falar em irregularidade na contratação de pessoa jurídica formada por profissionais para prestar serviços terceirizados na atividade-fim”, disse Alexandre na decisão.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Justiça social, liberdade sindical e tecnologias disruptivas são destaques em último dia de seminário no STF](#)

Supremo Tribunal Federal - 03/03/2023

O segundo e último dia do “Seminário Internacional sobre Direitos Constitucionais e Relações de Trabalho: Caminhos das Cortes Superiores para a Efetividade da Justiça Social” reuniu palestrantes sobre temas como processo trabalhista, acesso à justiça, meio ambiente de trabalho, trabalho infantil e forçado, liberdade sindical e tecnologias disruptivas. O evento foi promovido pelo STF, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat).

[STF dá 10 dias para INSS apresentar plano para realizar “revisão da vida toda”](#)

Supremo Tribunal Federal - 02/03/2023

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apresente, em 10 dias, um cronograma para realizar a chamada “revisão da vida toda”. Esse direito, fixado pelo Tribunal no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1276977, permite a aplicação de regra mais vantajosa à revisão da aposentadoria dos segurados que tenham ingressado no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) antes da Lei 9.876/1999, que criou o fator previdenciário. A decisão do STF, em julgamento concluído em dezembro de 2022, tem repercussão geral (Tema 1102), o que obriga a aplicação do entendimento a todos os processos em tramitação sobre o tema.

[Seminário discute experiências internacionais sobre o sistema judicial trabalhista](#)

Supremo Tribunal Federal - 02/03/2023

A conferência de abertura do “Seminário Internacional sobre Direitos Constitucionais e Relações de Trabalho: Caminhos das Cortes Superiores para a Efetividade da Justiça Social”, iniciado nesta quinta-feira (2) no Supremo Tribunal Federal (STF), foi feita pelo professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal) João Leal Amado. O evento é promovido pelo STF, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat).

[Indústria deve pagar integralmente intervalo intrajornada suprimido](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/03/2023

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Propex do Brasil Ltda., de Curitiba (PR), a pagar integralmente, com adicional de 50%, os intervalos intrajornadas não concedidos a um encarregado que usufruía de apenas 40 minutos de descanso em três dias da semana. Ao acolher ação rescisória do trabalhador, o colegiado aplicou a jurisprudência consolidada do TST sobre a matéria.

[Inclusão social e trabalho é o tema deste mês da Biblioteca do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/03/2023

O [Tema do Mês](#) de março de 2023 da Biblioteca Délio Maranhão, do TST é “Inclusão social e trabalho”. A curadoria é da Comissão de Documentação e Memória do TST, que selecionou textos de autores variados, com temas voltados para a capacitação e a inclusão de pessoas com deficiência física ou visual, amputações, transtornos mentais, usuárias de álcool, egressas do sistema prisional, refugiadas e migrantes, entre outros grupos vulneráveis.

[Presidentes do STF e do TST ressaltam importância da efetividade da justiça social](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/03/2023

A presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Rosa Weber, e o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Lelio Bentes Corrêa, conduziram, na manhã

desta quinta-feira (2), a abertura do “Seminário Internacional sobre Direitos Constitucionais e Relações de Trabalho: Caminhos das Cortes Superiores para a Efetividade da Justiça Social”. O evento está sendo realizado na Sala de Sessões da 1ª Turma do STF e pode ser acompanhado ao vivo pelos canais oficiais no YouTube do STF, do TST e da Enamat.

[Motorista demitido após ajuizar ação contra patrão receberá em dobro por período de afastamento](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/03/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a J.C. Locação de Máquinas e Transportes Ltda, de Vilhena (RO), ao pagamento em dobro do período de afastamento de um motorista que havia sido dispensado depois de ajuizar reclamação trabalhista contra a empresa. Para o colegiado, a dispensa foi uma retaliação contra o exercício regular do direito de acionar a Justiça, e a indenização, substitutiva da reintegração, está prevista em lei.

[Gente que Inspira: TST homenageará mulheres que atuam por uma sociedade mais justa e igualitária](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/03/2023

O Tribunal Superior do Trabalho lançou o [projeto “Gente que Inspira”](#), iniciativa para valorizar a pluralidade cultural e a diversidade humana a partir de trajetórias e da atuação de pessoas que contribuem para promover uma sociedade mais justa e igualitária. O destaque é dado especialmente a quem pertence ou é aliado de grupos sociais historicamente vulnerabilizados, como mulheres, pessoas negras, com deficiência ou idosas, jovens e pessoas da população LGBTQIAP+.

[Aposentado tem proventos penhorados para pagar honorários advocatícios](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/03/2023

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou válida a penhora de parte dos proventos de um aposentado para o pagamento dos honorários advocatícios devidos por ele em ação contra a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp). Uma vez que esses honorários têm natureza alimen-

tar, os ministros afastaram a tese de impenhorabilidade dos proventos.

[Diagnóstico de câncer durante aviso-prévio afasta discriminação como causa da dispensa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/02/2023

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um aeroviário paulista que alegava que sua dispensa pela Gol Linhas Aéreas S.A. fora discriminatória, por ter sido diagnosticado com câncer de tireoide. A confirmação do diagnóstico só ocorreu durante o aviso-prévio, e, segundo o colegiado, não há registro de que a empresa tivesse ciência do fato antes da dispensa.

[Sindicato pode atuar em nome de toda a categoria em ação sobre gratificação](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/02/2023

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a legitimidade do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Uberaba para representar os empregados da Caixa Econômica Federal (CEF) em ação visando à manutenção da incorporação de gratificação de função recebida por mais de 10 anos. Com isso, o processo retornará ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) para que examine os recursos da Caixa e do sindicato.

[Dispensa de trabalhadora com nanismo é considerada discriminatória](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/02/2023

Uma trabalhadora com nanismo deverá receber R\$ 20 mil de indenização do Serviço Social do Comércio (Sesc) de São Borja (RS), porque sua dispensa, ao retornar de licença previdenciária após uma cirurgia da coluna, foi considerada discriminatória. A condenação foi mantida pela Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que rejeitou o exame do recurso do Sesc.

Notícias do Executivo

[Luiz Marinho participa de encontro com a Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 01/03/2023

O Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou do encontro com lideranças da Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), ocorrido nesta quarta-feira (1), no Palácio do Planalto. Marinho salientou na reunião a importância do encontro e ressaltou que “toda troca de experiência é bem-vinda para o Brasil, para o movimento sindical e para o governo brasileiro”.

[MTE resgata trabalhador de trabalho análogo ao de escravo de obra em Fortaleza \(CE\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 01/03/2023

Um trabalhador de 48 anos, que dormia no canteiro de obras em condições degradantes, foi resgatado pela Inspeção do Trabalho no município de Aldeota, em Fortaleza (CE). Ele dormia em barraco improvisado, sem energia elétrica, pernoitando em uma rede sobre ferramentas de trabalho e materiais de construção, como vergalhões e pedaços de madeira. As refeições eram preparadas no próprio canteiro de obras, em fogão improvisado e sem pia com água corrente ou geladeira para acondicionar os alimentos.

[Carlos Lupi: “O resgate da Previdência Social garante o futuro do Brasil”](#)

Ministério da Previdência Social - 28/02/2023

Em reunião realizada nesta terça-feira (28) com sindicatos de trabalhadores em Bra-

sília, o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, afirmou que “o resgate da Previdência Social garante o futuro do Brasil”. A ideia do ministro é fomentar a ampliação dos acordos de cooperação técnica entre o INSS e as organizações sindicais.

[Dia mundial da audição é comemorado anualmente no mês de março](#)

Fundacentro - 03/03/2023

Hoje, 03 de março, comemora-se o Dia Mundial da Audição. A data é lembrada anualmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS), tendo como objetivo sensibilizar a população sobre a importância da audição e, sobretudo, promover ações e iniciativas de prevenção a perda auditiva e a melhoria dos cuidados auditivos. De acordo com a OMS, na região da Américas, em torno de 217 milhões de pessoas vivem com perda auditiva, ou seja, 21,52% da população. Espera-se que até 2050, esse número possa subir para 322 milhões.

[Educação em saúde mental favorece ações de combate ao adoecimento psicológico no trabalho](#)

Fundacentro - 03/03/2023

Saúde mental, rede de atenção psicossocial e conscientização dos trabalhadores são temas de relato de experiência elaborado por docentes da Universidade Federal de São Carlos. O material está disponível na Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO). O estudo descreve uma série de atividades, de educação em saúde, desenvolvidas para provocar reflexões sobre o adoecimento psicológico no trabalho e para promover o protagonismo dos trabalhadores em seu contexto laboral.

[Março Amarelo e Lilás alerta sobre os cuidados da saúde da mulher](#)

Fundacentro - 01/03/2023

Campanha Nacional “Março Amarelo e Lilás” tem como finalidade conscientizar a sociedade sobre os sinais, sintomas, prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer do colo do útero e da endometriose – doenças que afetam as mulheres.

[Ensaio discute monitoramento comportamental como medida de exposição ocupacional e ambiental de agentes tóxicos](#)

Fundacentro - 27/02/2023

[Ensaio](#), publicado pela Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO), busca mostrar que o comportamento humano pode ser utilizado como medida de identificação e avaliação da exposição ambiental e ocupacional a agentes tóxicos. Para tanto, realiza revisão de literatura da área de toxicologia comportamental e discute a importância da padronização das baterias neurocomportamentais e suas limitações, exemplificando o seu uso potencial na triagem toxicológica com solventes, em especial o hexano.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Unidades do MPT na Bahia e no Rio Grande do Sul divulgam nota conjunta](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/03/2023

As unidades do Ministério Público do Trabalho na Bahia e no Rio Grande do Sul vêm a público informar que, na sequência da recente operação multi-institucional que culminou no resgate de 207 trabalhadores em situação análoga à escravidão, procuradoras e procuradores dos dois Estados integram um grupo especial para atuar em colaboração no caso.

[Trabalho análogo à escravidão se repete no ramo da construção civil no Ceará](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/03/2023

Um trabalhador de 48 anos em situação análoga à escravidão foi resgatado em uma obra de edifício residencial no bairro Aldeota, em Fortaleza. A operação foi realizada pelo Ministério Público do Trabalho no Ceará (MPT-CE), pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) e pela Polícia Federal (PF). A obra foi embargada por expor outros trabalhadores a grave e iminente risco de acidentes de trabalho, e permanecerá paralisada até que as medidas de saneamento de riscos apontadas pelos auditores-fiscais do trabalho sejam tomadas pela empresa responsável.

[Reunião busca combater a subnotificação de acidentes e doenças do trabalho em MT](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/03/2023

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) realizou, na última terça-feira, 28, reunião técnica para tratar da subnotificação de casos de doenças e aci-

dentes relacionados ao trabalho nos municípios mato-grossenses classificados como “silenciosos” pelo Ministério da Saúde (MS). A iniciativa, conduzida pelo procurador do Trabalho Bruno Choairy Cunha de Lima, integra o projeto nacional da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat) do MPT.

[Empresa de prestação de serviços terceirizados firma acordo para cumprir cota de aprendizagem](#)

Ministério Público do Trabalho - 01/03/2023

Empresa de prestação de serviços terceirizados com atividades na Capital acreana, Rio Branco, firma termo de ajuste de conduta (TAC) perante o MPT para cumprir e manter o cumprimento da cota de aprendizagem prevista na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) que impõe a contratação de aprendizes em número equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos empregados existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandam formação profissional, observada a CBO - Classificação Brasileira de Ocupações.

[MPT-RJ, AMATRAI e UFRJ promovem seminário sobre trabalho escravo](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/02/2023

O Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ), a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (AMATRAI) e o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) da UFRJ promovem, nos dias 9 e 10 de março, o Seminário Trabalho Escravo - 20 anos da alteração do art. 149 do Código Penal e Repercussões Trabalhistas. A atividade será realizada no auditório do prédio anexo do MPT-RJ, na avenida Churchill, 94, 7º andar.

[STF confirma ordem que proíbe exploração do amianto crisotila no Brasil](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/02/2023

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou no último dia 23 a decisão tomada pela Corte em 2017 que proibiu a extração, industrialização, comercialização e distribuição do amianto crisotila no Brasil. A decisão em cinco ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) e em uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) tem efeito “erga omnes” (para todos) e foi alvo de diversos embargos de

declaração. Ao analisar os recursos, os ministros entenderam que não há o que ser alterado ou modulado na decisão proferida há seis anos.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Com participação do SINAIT, grupo setorial da Conatrae mapeia desafios ao combate do trabalho escravo doméstico](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 03/03/2023

A diretora do SINAIT Vera Jatobá participou nesta quinta-feira, 2 de março, de reunião do grupo de discussão sobre o enfrentamento ao trabalho escravo doméstico, que funciona no âmbito da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e foi reativado por decisão dos membros do colegiado – lembre aqui. As discussões foram um mapeamento dos principais gargalos que prejudicam o combate ao trabalho escravo doméstico. Depois de sistematizados, os pontos voltam a ser discutidos pelo grupo, que também irá elaborar um plano de trabalho.

[Inscrições para a 3ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho estão abertas](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 02/03/2023

O SINAIT informa aos Auditores-Fiscais do Trabalho que estão abertas, até o dia 13 de março, as inscrições para a 3ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, trazendo como tema central “A internet das coisas, direitos dos humanos”, que será realizada de 22 a 24 de março de 2023, em Salvador (BA), na sede do Instituto de Pesquisa Científica e Centro Universitário (Senai Cimatec). O SINAIT é um dos coparticipantes do evento. As inscrições são gratuitas e poderão ser feitas até 13 de março, exclusivamente no portal do evento (<https://www.anamatra.org.br/jornada>), no link “Inscreva-se”.

[ES: Por iniciativa da SRT, estado cria Rede Capixaba Mulher e Trabalho, para enfrentar desafios relacionados ao tema](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 01/03/2023

O estado do Espírito Santo criou nesta segunda-feira, 27 de fevereiro, a Rede Capi-xaba Mulher e Trabalho, por iniciativa da Superintendência Regional do Trabalho no Espírito Santo (SRT/ES). O objetivo é gerar um fórum permanente, com agenda ampla, para tratamento de questões relacionadas ao mercado de trabalho e relevantes para a mulher, a exemplo da inclusão com equidade, da qualificação profissional e do combate à violência.

[SINAIT compõe grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que vai debater aumento gradual da licença-paternidade](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 01/03/2023

O SINAIT foi convidado a participar do Grupo de Trabalho (GT) instituído no âmbito da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados, para aprofundar as discussões em torno do aumento gradual do período da licença-paternidade no Brasil. A Auditora-Fiscal do Trabalho Erika Medina é a representante da entidade no grupo. O GT está sob coordenação conjunta da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e da ONG Family Talks.

[Presidente do TST pontua necessidade de mais Auditores-Fiscais do Trabalho para combate ao trabalho escravo no País](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 27/02/2023

Em entrevista ao Instituto Conhecimento Liberta (ICL) nesta segunda-feira, 27 de fevereiro, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Lélío Bentes, pontuou a importância de fortalecimento da Inspeção do Trabalho para o combate efetivo do trabalho escravo no País. O programa abordou o enfrentamento do trabalho análogo à escravidão, com destaque para o aumento de resgates em 2022, em comparação com 2021, e para o recente resgate de 207 trabalhadores de vinícolas gaúchas famosas.

Outras Notícias

[Empregado precisa comprovar que foi coagido a pedir demissão, decide TRT-2](#)

Consultor Jurídico - 05/03/2023

A 17ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região manteve decisão de primeiro grau que negou nulidade do pedido de demissão a homem que alega ter sido coagido pelo empregador a solicitar a dispensa. Isso porque, nesses casos, é necessário que seja apresentada prova concreta, o que não foi feito pelo empregado.

[Alteração contratual por supressão lesiva de gratificação](#)

Consultor Jurídico - 03/03/2023

Uma das formas de retenção de talentos pelas empresas diz respeito aos modelos de remuneração e de garantias que possam fidelizar o empregado, de modo a que ele possa encontrar no ambiente de trabalho segurança e realização pessoal e profissional. Todavia, pairam, sobre essa prática, aspectos legais relevantes para que o teor do que fora contratado admita certa flexibilidade de transformação e adequação ao longo da prestação de serviços. Desde a reforma trabalhista, pautada na valorização da autonomia da vontade, houve um alargamento da possibilidade flexibilização de condições contratuais.

[Empresas terão de inserir condenações trabalhistas no eSocial](#)

Consultor Jurídico - 01/03/2023

O eSocial (sistema de registro de informações dos trabalhadores brasileiros) é um projeto do governo federal que visa unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados de forma padronizada. Em 16 de janeiro de

2023, a versão do eSocial foi atualizada para a S-1.1. Contudo, somente a partir do 1º/4/2023 serão disponibilizados os eventos relativos ao envio das informações referentes aos processos trabalhistas.

[Empregado viola LGPD em pedido de rescisão indireta e é punido com justa causa](#)

Consultor Jurídico - 01/03/2023

Em sentença proferida na 81ª Vara do Trabalho de São Paulo-SP pela juíza Edite Almeida Vasconcelos, um enfermeiro teve o pedido de rescisão indireta do contrato de trabalho prejudicado por ter juntado provas aos autos que violam a Lei Geral de Proteção de Dados. Para a magistrada, a atitude do trabalhador configura falta grave.

[TST valida acordo coletivo sobre horas extras além da 8ª hora diária](#)

Migalhas - 03/03/2023

O ministro Breno Medeiros, do TST, reconheceu a validade de acordo coletivo de trabalho em que negociada a prestação de horas extras para além da oitava diária, no regime de turno ininterrupto de revezamento. O ministro considerou que, havendo expressa previsão constitucional acerca da possibilidade de elaborar normas coletivas para prorrogar a jornada de trabalho, há de ser privilegiada a autonomia das partes.

[Juíza anula infrações por suposta fraude na contratação de empregados](#)

Migalhas - 03/03/2023

Por falta de provas robustas, a juíza do Trabalho Marília Gabriela Mendes Leite de Andrade, da 5ª vara do Trabalho de Recife/PE, decretou a nulidade de autos de infração da União em face de uma incorporadora supostamente envolvida em irregularidades na contratação de trabalhadores. Trata-se de ação anulatória movida por uma incorporadora em face da União. A autora sustenta que passou por fiscalização administrativa, realizada pelo ministério do Trabalho e Emprego, referente a contratos de trabalho irregularmente mantidos em relação a empregados de duas obras, sob a alegação de que o empreendimento é por ela administrado e gerenciado.

[Justiça anula autos de infração por prescrição administrativa](#)

Migalhas - 03/03/2023

Ao reconhecer a prescrição administrativa, o juiz do Trabalho Marcelo Jose Duarte Raffaele, da 64ª vara do Trabalho do Rio de Janeiro, anulou autos de infração e tornou inexigível multa inscrita em dívida ativa contra uma empresa. A empresa havia sido autuada pelo Ministério do Trabalho em virtude do não recolhimento de FGTS para alguns trabalhadores, tendo apresentado defesas e recursos na via administrativa que não foram acolhidos.

[ANPD publica sanções às empresas que não cumprirem a LGPD](#)

Migalhas - 28/02/2023

Nesta segunda-feira, 27, o Conselho Diretor da ANPD publicou resolução para regular o procedimento de dosimetria das sanções administrativas, ou seja, norma norteadora para aplicação de medidas corretivas aos agentes de tratamento que estejam em contrariedade com a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. A resolução entra em vigor imediato, na data de sua publicação, o que permite que sejam aplicadas as multas pela Autoridade. [Clique aqui](#) para ler a íntegra da resolução.

[Burger King é liberado de pagar vale-refeição por fornecer sanduíches](#)

Migalhas - 27/02/2023

A 5ª turma do TST absolveu a rede Burger King de pagar vale-refeição a um supervisor de operações. A empresa havia sido condenada a pagar os valores do benefício correspondentes a um ano, por entender que o alimento oferecido não tinha qualidade nutricional. Contudo, segundo o colegiado, a norma coletiva não menciona o tipo de alimentação a ser concedida pelo empregador.

[Jornada de 12h diárias com escala 4x2 é desumana, decide juíza](#)

Migalhas - 27/02/2023

A juíza do Trabalho Glenda Regine Machado, da 8ª vara do Trabalho de SP, entendeu ser extensiva e desumana a jornada de 12 horas diárias, com escala de 4x2, imposta a empregado de um condomínio residencial. A magistrada considerou ainda que não há qualquer amparo legal para tanto.

[Denúncia revela almoço em canil e transporte de funcionários em baú de caminhão durante obra de prefeitura em SC](#)

Revista Proteção - 02/03/2023

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Joinville e Região (Sinsej) denunciou um caso de condição precária de trabalho em uma obra da prefeitura de Joinville, no Norte catarinense. Segundo o relato, denunciado pela entidade como situação análoga à escravidão, profissionais almoçavam no canil e eram transportados no baú de um caminhão, sem segurança.

[O que é trabalho análogo à escravidão, segundo a lei brasileira](#)

Revista Proteção - 01/03/2023

O artigo 149 do Código Penal Brasileiro traz a definição jurídica do que é trabalho análogo à escravidão, no entanto, não é o único texto sobre o tema. A Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência 1.293, de 2017, define os termos utilizados pelo Código Penal e ajuda a entender melhor os traços que caracterizam o trabalho análogo à escravidão, como trabalho forçado, jornada exaustiva e condição degradante.

[IBGE e OIT comemoram em Brasília mais de uma década de PNAD Contínua](#)

Organização Internacional do Trabalho - 28/02/2023

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua completou mais de uma década de coleta e resultados. Importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico da população e a melhoria das condições de vida no país, o estudo tem sua trajetória comemorada nesta terça-feira (28), em Brasília, em cerimônia organizada pelo IBGE e o Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil. O evento “PNAD Contínua, uma Retrospectiva 2012-2022” ressaltou os desafios e os avanços do levantamento nesse período.

Atos Normativos

[DECRETO Nº 11.420, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023](#) (DOU de 27/02/2023 Seção I Pág. 01) - Institui Grupo de Trabalho para a elaboração de proposta de Política de Valorização do Salário-Mínimo;

[PORTARIA MF Nº 26, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023](#) (DOU de 27/02/2023 Seção I Pág. 23) - Institui o Programa “Mulher Cidadã - cidadania fiscal para mulheres”.

[RESOLUÇÃO CD/ANPD Nº 4, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023](#) (DOU de 27/02/2023 Seção I Pág. 59) - Aprova o Regulamento de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas.

[CIRCULAR Nº 1.016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023](#) (DOU de 28/02/2023 Seção I Pág. 50) - Divulga a versão 21 do Manual de Movimentação da Conta Vinculada do FGTS;

[PORTARIA Nº 1.837, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2023](#) (DOU de 28/02/2023 Seção II Pág. 01) - Nomeia VALTER CORREIA DA SILVA, para exercer o cargo de Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria-Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego, código CCE 1.17;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2.133, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2023](#) (DOU de 01/03/2023 Seção I Pág. 26) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.043, de 12 de agosto de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf);

[PORTARIA MTE Nº 378, DE 1º DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 02/03/2023 Seção I Pág. 91) - Institui Grupo de Trabalho para subsidiar a apreciação das propostas orçamentárias dos Serviços Nacionais de Aprendizagem do exercício de 2023 e para formular

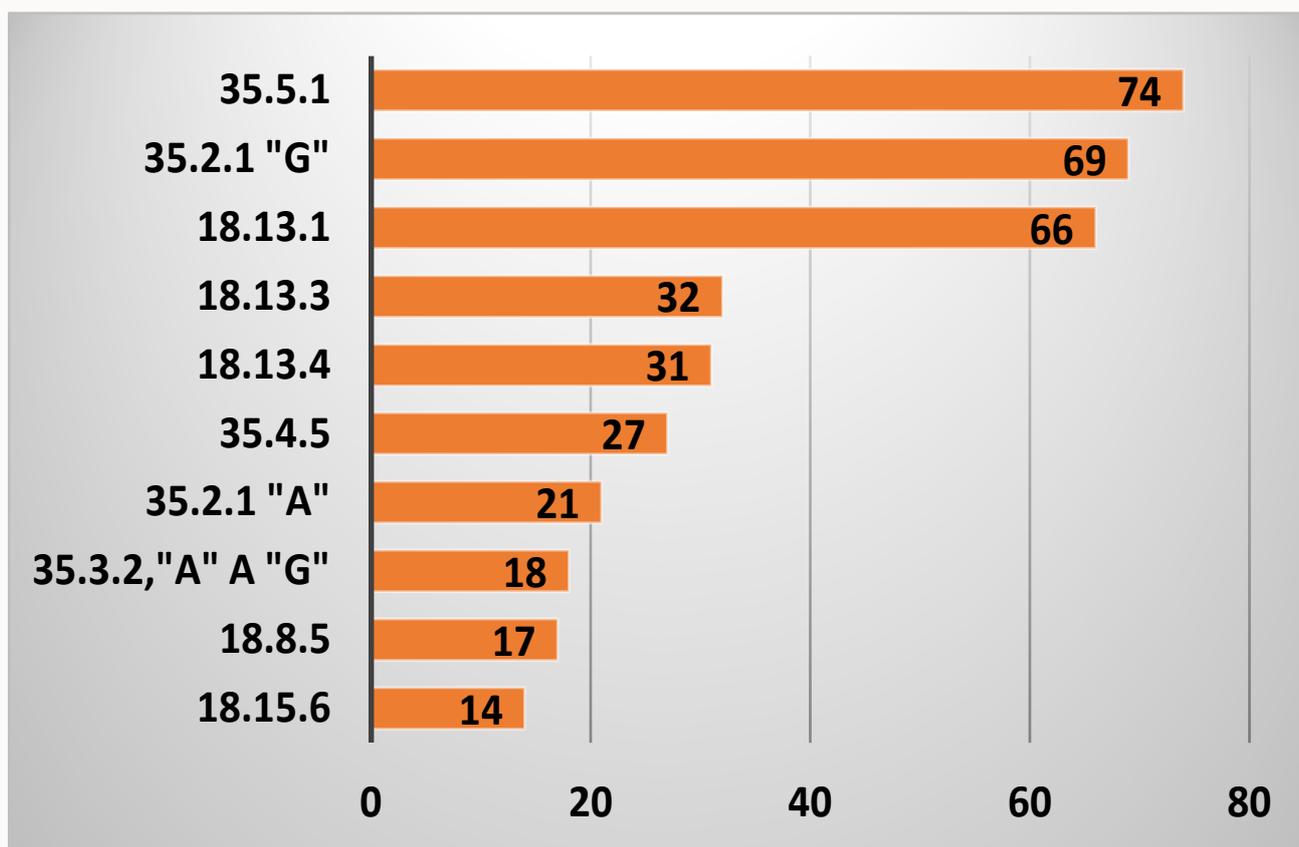
instrumentos e mecanismos de avaliação da sinergia entre suas atividades e as políticas finalísticas de qualificação, de aprendizagem profissional e de gestão informacional sob gerência do Ministério do Trabalho e Emprego, nas propostas orçamentárias dos Serviços Nacionais de Aprendizagem dos exercícios subsequentes. (Processo nº 19968.100031/2023-64);

[PORTARIA GM/MS Nº 217, DE 1º DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 02/03/2023 Seção I Pág. 63) - Altera o Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, para substituir o agravo “Acidente de trabalho: grave, fatal e em crianças e adolescentes” por “Acidente de Trabalho” na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos em de saúde pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional;

RADAR
 TRABALHISTA

Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Embargo” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2022 (jan/nov):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE

Embargo: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades dos canteiros de obra da Indústria da Construção por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

35.5.1 É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura.

35.2.1 Cabe ao empregador:

g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

35.4.5 Todo trabalho em altura deve ser precedido de Análise de Risco;

18.13.3 Os vãos de acesso às caixas dos elevadores devem ter fechamento provisório de, no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros) de altura, constituído de material resistente e seguramente fixado à estrutura, até a colocação definitiva das portas.

18.13.4 É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

35.2.1 Cabe ao empregador:

a) garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas nesta Norma;

35.3.2 Considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de oito horas, cujo conteúdo programático deve, no mínimo, incluir:

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

OBS.: Informamos que as codificações utilizadas pelo Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE, nem sempre consideram as versões atuais das Normas Regulamentadoras, podendo indicar itens contidos em versões anteriores das normas de segurança e saúde no trabalho.

EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula